
Santa Laura S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Santa Laura S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Laura S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e

Santa Laura S.A.

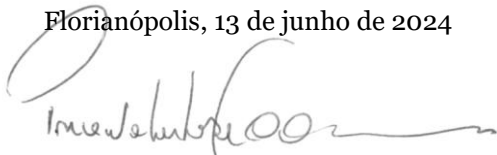
internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 13 de junho de 2024



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SC000160/F-5

Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP236051/O-7

Santa Laura S.A.

Balanças patrimoniais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022	Passivo e Patrimônio líquido	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	510	1.715	Fornecedores	10	286	144
Contas a receber	7	4.355	4.861	Arrendamentos	12	-	96
Tributos a recuperar		610	93	Salários e encargos sociais		184	166
Partes relacionadas	13	2	-	Tributos a recolher		165	13
Outros ativos		110	95	Imposto de renda e contribuição social		19	260
				Dividendos a pagar		5.677	5.971
				Partes relacionadas	13	324	3.122
				Outros passivos		272	280
Total do ativo circulante		5.587	6.764	Total do passivo circulante		6.927	10.052
Não circulante				Não circulante			
Imobilizado	8	36.236	37.014	Arrendamentos	11	-	9
Intangível	9	3.347	3.595	Imposto de renda e contribuição social		62	-
Total do ativo não circulante		39.583	40.609	Total do passivo não circulante		62	9
				Total do passivo		6.989	10.061
				Patrimônio líquido			
				Capital social	14	11.000	14.000
				Reservas de Lucros	14	27.181	23.312
				Total do patrimônio líquido		38.181	37.312
Total do ativo		45.170	47.373	Total do Passivo e Patrimônio líquido		45.170	47.373

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santa Laura S.A.

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Receita operacional			
Receita de fornecimento de energia elétrica	15	31.779	32.220
Receita da prestação de serviços	15	23	100
(-) Deduções da receita	15	(1.150)	(1.136)
Receita operacional líquida		30.652	31.184
Custos			
Custo do fornecimento de energia elétrica	16	(4.830)	(4.786)
Lucro bruto		25.822	26.398
(Despesas) Receitas operacionais			
Gerais e administrativas	16	(2.438)	(1.827)
Outras (despesas) receitas		18	2
		(2.420)	(1.825)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		23.402	24.573
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	17	458	446
Despesas financeiras	17	(44)	(20)
		414	426
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		23.816	24.999
Imposto de renda e contribuição social	11	(1.108)	(1.116)
Lucro do exercício		22.708	23.883
Lucro básico e diluído por lote de mil ações (R\$)		1,0840	0,9973

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santa Laura S.A.

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Lucro do exercício		22.708	23.883
Outros componentes do resultado abrangente, líquido de impostos		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		<u>22.708</u>	<u>23.883</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santa Laura S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativ	Reservas de lucros				Total de Patrimônio
		Capital Social	Reserva Legal	Retenção de lucros	Lucros acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2021		17.000	3.400	16.875	-	37.275
Lucro do exercício		-	-	-	23.883	23.883
Redução de capital	14	(3.000)	-	-	-	(3.000)
Constituição de reserva legal	14	-	(600)	600	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14	-	-	-	(5.971)	(5.971)
Dividendos adicionais destinados	14	-	-	(14.875)	-	(14.875)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	17.912	(17.912)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		14.000	2.800	20.512	-	37.312
Lucro do exercício		-	-	-	22.708	22.708
Redução de capital	14	(3.000)	-	-	-	(3.000)
Constituição de reserva legal	14	-	(600)	-	600	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14	-	-	-	(5.677)	(5.677)
Dividendos adicionais destinados	14	-	-	(13.162)	-	(13.162)
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	17.631	(17.631)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		11.000	2.200	24.981	-	38.181

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santa Laura S.A.Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		23.816	24.999
		<u>23.816</u>	<u>24.999</u>
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos:			
Depreciação e amortização	8	1.147	1.017
Provisão de bônus e/ou participação nos resultados		56	-
Juros sobre arrendamento mercantil		-	9
		<u>1.203</u>	<u>1.026</u>
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber	7	506	(1.597)
Tributos a recuperar		(517)	102
Outras movimentações em ativos		(15)	(44)
Fornecedores	10	142	(1.092)
Salários e encargos sociais		(38)	18
Tributos a recolher		(27)	-
Outras movimentações em passivos		(10)	(63)
		<u>41</u>	<u>(2.676)</u>
Caixa líquido gerado pelas operações		<u>25.060</u>	<u>23.349</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.108)	(994)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		<u>23.952</u>	<u>22.355</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de bens do imobilizado e intangível	8	(121)	(222)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento		<u>(121)</u>	<u>(222)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Redução de capital social	14	(3.000)	-
Pagamentos de arrendamentos		(105)	(137)
Pagamentos de dividendos	14	(19.133)	(20.369)
Partes relacionadas a pagar	13	(2.798)	(1.036)
Caixa líquido proveniente (e aplicado) nas atividades de financiamento		<u>(25.036)</u>	<u>(21.542)</u>
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>(1.205)</u>	<u>591</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	1.715	1.124
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	510	1.715
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		<u>(1.205)</u>	<u>591</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

SANTA LAURA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Santa Laura S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 15 de março de 2005, com sede em Florianópolis, Santa Catarina Tem por atividade a exploração comercial de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH), denominada PCH Santa Laura, com 15.000 KW de potência instalada, localizada no Rio Chapecozinho entre os municípios de Faxinal do Guedes e Ouro Verde, Estado de Santa Catarina. A sua única acionista é a Statkraft Energias Renováveis S.A. (“SKER”). A SKER é empresa integrante do grupo norueguês Statkraft.

A autorização para a Companhia estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica foi obtida em 27 de setembro de 2000 - Resolução da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 379, posteriormente transferida efetivamente para a Santa Laura (Resolução Autorizativa nº 423 de 23 de janeiro de 2006), pelo prazo de 30 (trinta) anos, a contar da data de publicação da Resolução nº 379, podendo ser prorrogada, a critério da ANEEL, não sendo requerido qualquer pagamento pelo uso do bem público. Ao final do prazo da referida autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, e/ou ainda não amortizados desde que previamente autorizados, ou ainda poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

Consoante aos Despachos nº 3.008 e nº 3.097 da ANEEL, a Companhia obteve autorização para iniciar a sua operação comercial a partir de 1º de outubro de 2007, quando a energia produzida pelas unidades geradoras (duas unidades de 7.500 KW cada) passou a estar disponível ao sistema.

A Licença Ambiental de Operação LAO n.º 1094/2022, emitida pelo Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA-SC), para as atividades da PCH Santa Laura (com potência de 15 MW) (LAO nº 4695/2015), encontra-se vigente até 3 de março de 2026. Já a LAO nº 5216/2022, emitida pelo Instituto De Meio Ambiente de Santa Catarina (IMA-SC), referente à LT de 69 KV, encontra-se válida até 08 de agosto de 2026.

Para o ano de 2015, a PCH Santa Laura aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico oferecida pela Medida Provisória (MP) 688 de 18 de agosto de 2015 e Resolução Normativa nº 64 da ANEEL, optando pelo produto SP100, onde a Companhia transfere 100% dos riscos hidrológicos à distribuidora. Em contrapartida, a Companhia assume como obrigação prêmio de seguro anual pela transferência do risco do GSF (ou ainda renuncia ao benefício de recebimento de “secundário”, quando há geração excedente do ambiente Mecanismo de Realocação de Energia - MRE).

1.1. Repactuação do Risco Hidrológico (Liminar GSF - “Generation Scalling Factor”)

A retração de geração hidrelétrica do sistema brasileiro elevou significativamente os pagamentos feitos pelos geradores hidrelétricos no mercado de curto prazo, devido ao agravamento do GSF. Esse fato fez com que as usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE ajuizassem ações judiciais para suspensão dos pagamentos desta natureza. Por conta das liminares favoravelmente concedidas a essas ações judiciais, a Companhia esteve protegida do efeito controverso do MRE, até que tal matéria fosse julgada.

Em 8 de setembro de 2020, foi sancionada a Lei nº 14.052, que trata do GSF e estabelece o ressarcimento às usinas integrantes do MRE, por meio de extensão de outorga decorrente dos impactos ocasionados pela Geração Térmica Fora da Ordem de Mérito - GFOM, antecipação de garantia física dos empreendimentos estruturantes e pelas restrições de transmissão, criando, assim, as bases para destravar o Mercado de Curto Prazo. Os termos dessa Lei foram regulamentados pela Aneel por meio da REN nº 895/2020.

A Administração da Companhia decidiu aderir ao Acordo e assinar o Contrato (Termo de Aceitação), e renunciando ao direito de novas ações judiciais sobre o GSF.

Em 3 de agosto de 2021 e 14 de setembro de 2021, foram publicadas pela ANEEL, respectivamente, as REH Nº 2.919 e REN Nº 2.932, com os valores finais das extensões calculadas pela CCEE com base na REN Nº 895/20.

A Companhia recebeu a extensão da concessão fundamentada por lei em 1,46 anos, garantindo o novo prazo de concessão para março de 2033 (anteriormente setembro de 2031).

1.2. Capital circulante negativo

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apurou capital circulante líquido negativo de R\$1.340 (R\$3.288 de capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2022), sobretudo em decorrência do saldo de dividendos obrigatórios, ao passo que os ativos referentes ao contas a receber correspondem apenas ao fornecimento de energia já incorrido. A Administração da Companhia entende que suas operações gerarão caixa suficiente para fazer frente às suas obrigações e manter a continuidade normal de suas operações.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso das aplicações financeiras, é ajustado para refletir o valor justo, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e

possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 13 de junho de 2024.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações foram apresentadas em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.4. Ativos e passivos financeiros

A Companhia adota os requerimentos do pronunciamento técnico CPC 48 (IFRS 9) para seus ativos e passivos financeiros. A mensuração subsequente de um determinado item depende da classificação do instrumento, que é determinada no reconhecimento inicial e reavaliada anualmente, e considera o modelo de negócio da Companhia para a gestão dos ativos e a análise dos fluxos de caixa contratuais. Os instrumentos consistem em aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, outras contas a pagar.

a) Custo amortizado

Os ativos cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento de principal e juros, e passivos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (quando aplicável), são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. Os principais instrumentos que a Companhia possui nesta categoria são contas a receber, depósitos e outros créditos e fornecedores.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

b) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

2.4.1. Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.4.2. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou ainda realizar o ativo e simultaneamente liquidar o passivo.

2.4.3. “Impairment” de ativos financeiros

Ativos mensurados pelo custo amortizado

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por “impairment” são incorridas somente se há evidência objetiva de “impairment” como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por “impairment” é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por “impairment” é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o “impairment” com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, em um período subsequente, o valor da perda por “impairment” diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o “impairment” ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de “hedge”

A Companhia não realiza operações com derivativos financeiros (contratos de “swap”, troca de moedas ou indexadores, contratos futuros, mercado a termo e de opções, entre outros).

2.6. Contas a receber

O saldo de contas a receber corresponde à venda de energia elétrica contratada até a data das demonstrações financeiras, contabilizado pelos valores faturados, e recebíveis referentes liquidações do Mercado de Curto Prazo - MCP. A provisão para perdas esperadas é avaliada levando em consideração os riscos na apuração de perdas na realização dos créditos. Na data base das demonstrações financeiras não havia provisão constituída em razão da inexistência de expectativa de perda quanto à realização dos referidos créditos.

2.7. Outros ativos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

2.8. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo em separado, conforme apropriado, somente quando provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item, e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado quando das suas obsolescências. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada utilizando as taxas de depreciação que representam o valor residual do imobilizado ao fim da autorização, de acordo com as taxas de depreciação do MCSE (Manual de Contabilidade do Setor Elétrico) da ANEEL, em função do entendimento da administração da Companhia no sentido de haver direito à indenização dos valores residuais ao final da autorização. Caso haja alteração no cenário regulatório ou à medida que fatos novos relacionados ao tema ocorram, referidas taxas poderão ser revistas, para refletir a adequada vida útil econômica dos bens integrantes do ativo imobilizado.

2.9. Intangível

Está representado pelos custos correspondentes a aquisição de sistemas de informação e pelos custos correspondentes a obtenção da licença de operação. Os softwares são amortizados pela vida útil esperada pela sua utilização.

Os intangíveis representados pelos custos correspondentes a obtenção da licença de operação, são amortizados pelo prazo de vigência da licença. Caso os custos ambientais associados à referida licença sejam pagos antes da sua efetiva obtenção, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença, o custo estimado desses desembolsos é provisionado e registrado como ativo intangível.

2.10. Redução ao valor recuperável

Os ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Em 31 de dezembro de 2023, não há indicação de desvalorização que possa requerer a contabilização de provisão para ajuste de ativo ao seu valor de recuperação.

2.11. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Já as contas a pagar apresentadas como passivo não circulante, são as devidas num prazo maior que 12 meses.

2.12. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produção de energia. A receita é apresentada líquida de impostos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança. É provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia se critérios específicos tiverem sido atendidos. A obrigação de desempenho é atendida quando a energia elétrica é gerada e disponibilizada na rede de transmissão ou distribuição de energia, ocorrendo neste momento a entrega do volume de energia elétrica valorizado pelo valor estabelecido em contrato.

2.13. Imposto de renda e contribuição social

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de Lucro Presumido para apuração do imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o resultado. Nesse regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas, acrescida das demais receitas auferidas, inclusive as financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares de 15% (acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda se ultrapassado o limite tributável) e de 9% para a contribuição social.

2.14. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

Os riscos cíveis, trabalhistas e tributários passivos são provisionados levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, as naturezas das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, ou ainda quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências classificadas como perdas possíveis não são provisionadas, sendo apenas divulgadas nas demonstrações financeiras, enquanto as classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

2.15. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada em assembleia de acionistas, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no estatuto social da Companhia.

2.16. Autorização não onerosa

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Companhia obteve da ANEEL àquela data, a autorização para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica, não sendo requerido qualquer pagamento pelo Uso do Bem Público - UBP. A Companhia analisou a referida autorização e o contrato de venda de energia firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e concluiu que eles estão fora do alcance da interpretação técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

Em decorrência, e como requerido pela orientação técnica OCPC 05, foi aplicado o pronunciamento técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado (substancial revisão da vida útil dos bens) os quais passaram a ser depreciados pela vida útil a partir de julho de 2012.

2.17. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

- CPC 26 (R1) – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”: Em janeiro de 2020, as alterações emitidas especificaram os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. Tais especificações determinaram que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenants somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.
A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.
- CPC 26 (R1) – “Divulgação de políticas contábeis”: Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes.
- CPC 23 – “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.
- CPC 32 – “Tributos sobre o Lucro”: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de

descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.

O Companhia avalia as alterações que tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência da Administração e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas contábeis das informações financeiras anuais. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas abaixo.

Vida útil do ativo imobilizado

- a) A Companhia calcula a depreciação utilizando as taxas que representam o valor residual do imobilizado ao fim da autorização, de acordo com as taxas de depreciação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em função do entendimento da Administração da Companhia no sentido de haver direito à indenização dos valores residuais ao final da autorização. Caso haja alteração no cenário regulatório ou à medida que fatos novos relacionados ao tema ocorram, referidas taxas poderão ser revistas, para refletir a adequada vida útil econômica dos bens integrantes do ativo imobilizado.

Anualmente, a Companhia avalia se há indícios de mudança da vida útil técnica esperada para os grupos de ativos, e a cada três anos é formalizado um novo estudo técnico, independentemente da existência de evidências de mudança da expectativa adotada de vida útil.

- b) Teste de redução do valor de recuperação dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar o valor recuperável dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado. A Companhia realiza a cada emissão de demonstrações financeiras, ou sempre que houver indicativos, uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo contábil desses ativos, quando aplicável.

O processo de revisão do valor recuperável de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises.

Os saldos de imobilizado e intangível de longa duração estão nas rubricas “Imobilizado”, “Intangível”. A Companhia não encontrou indicativos de perda de recuperabilidade nos ativos para o exercício de 2023.

c) Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento dos seus assessores jurídicos e da administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

4. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

As atividades da Companhia expõem a mesma à diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos ao seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo Statkraft, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, bem como pelas políticas de tesouraria da Statkraft Energias Renováveis S.A. sua controladora. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

(i) Risco com taxa de juros

O risco com taxa de juros é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas ao financiamento contratado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de renegociação ou pagamento/recebimento antecipado das operações, ou mesmo contratar operações no mercado financeiro para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(ii) Risco com taxa de câmbio

O risco com taxa de câmbio é oriundo da exposição da Companhia em outras moedas estrangeiras em relação a possíveis perdas decorrentes caso haja desvalorização da moeda real em relação a elas.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía ativos ou passivos denominados em moeda estrangeira, não existindo, assim, exposição a esse risco.

b) Risco de crédito

A Companhia possui contratos de venda de energia de longo prazo que garantem o recebimento dentro de certos limites de geração de energia independente do volume mitigando a exposição a esse risco.

c) Risco de liquidez

O risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos

financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características do financiamento contratado.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	31.12.2023	31.12.2022
Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	510	1.715
Contas a receber	4.355	4.861
Outros ativos	110	95
	<u>4.975</u>	<u>6.671</u>
Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Fornecedores	286	3.266
Arrendamentos	-	105
Dividendos	5.677	5.971
Outros passivos	272	276
	<u>6.235</u>	<u>9.618</u>

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários em conta movimento ou aplicações financeiras de liquidação imediata conforme segue:

	31.12.2023	31.12.2022
Contas bancárias em moeda funcional	-	4
Aplicações financeiras com liquidez imediata	510	1.711
	<u>510</u>	<u>1.715</u>

As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2023 têm rendimento equivalente a 98,00% da variação do CDI (99,00% em 31 de dezembro de 2022), podendo ser resgatadas a qualquer momento sem penalizações.

7. CONTAS A RECEBER

	31.12.2023	31.12.2022
(I) Fornecimento de energia elétrica	4.267	4.610
(II) Saldo de mercado de curto prazo	88	251
Total de contas a receber	<u>4.355</u>	<u>4.861</u>

Apresentadas como:

Ativo Circulante

4.355

4.861

- (I) O contas a receber de 31 de dezembro de 2023 de R\$4.267 (R\$4.610 em 31 de dezembro de 2022) refere-se ao contrato de venda de energia firmado em 30 de junho de 2004, e aditivos posteriores, com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), observadas, ainda, as regras e procedimentos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), estabelecendo, dentre outras, as seguintes condições: (a) que o contrato terá duração de 20 anos, a partir da data de início das operações da PCH; (b) que a energia contratada é de 105.680 MWh por ano, calculada com base na energia assegurada estabelecida na Resolução da ANEEL nº 65/04; (c) que os preços estabelecidos serão reajustados anualmente com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas; e (d) que a Eletrobrás apurará em cada ano o resultado da comercialização no âmbito da CCEE, segundo regras e procedimentos da CCEE, em reais (R\$), sendo que o referido resultado constará do Plano Anual do PROINFA seguinte, o qual será compensado ou cobrado da Companhia pela Eletrobrás no ano seguinte, em 12 parcelas mensais.
- (II) O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2023 de R\$ 88 (R\$ 251 em 31 de dezembro de 2022) se refere ao efeito positivo da apuração dos participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) não liquidado. Como a Companhia faz parte do regime do PROINFA, seu cliente - Eletrobrás - arca durante o ano com todo o impacto financeiro do GSF (ou secundário, se efeito positivo), liquidando os valores com a Companhia no ano seguinte do efeito acumulado em 12 parcelas mensais.

A Companhia avalia a qualidade de crédito de cada um de seus clientes periodicamente. Para os saldos apresentados não existem títulos em atraso, e tampouco riscos para provisão de créditos de liquidação duvidosa (PCLD).

8. IMOBILIZADO

Abaixo se encontra demonstrada a movimentação de imobilizado, bem como suas respectivas taxas de depreciação anual:

	31.12.2023			31.12.2022			
	Taxa média de depreciação a.a.	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos	0,01%	6.248	(3.042)	3.206	6.248	(3.042)	3.206
Reservatórios, Barragens e Aduadoras	0,58%	30.566	(15.707)	14.859	30.592	(15.467)	15.125
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	0,61%	2.337	(1.110)	1.227	2.337	(1.091)	1.246
Máquinas e Equipamentos	1,04%	31.312	(16.088)	15.224	31.294	(15.633)	15.661
Linhas de transmissão	1,35%	888	(502)	386	880	(483)	397
Outros ativos	6,63%	271	(219)	52	271	(202)	69
Imobilizado em curso	-	1.282	-	1.282	1.195	-	1.195
Arrendamentos	34,09%	-	-	-	356	(241)	115
		<u>72.904</u>	<u>(36.668)</u>	<u>36.236</u>	<u>73.173</u>	<u>(36.159)</u>	<u>37.014</u>

	Terrenos	Reservatórios, Barragens e Aduadoras	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Linhas de transmissão	Outros ativos	Imobilizado em curso	Arrendamento	Total
Saldo em 31.12.2022	3.207	15.295	1.260	14.943	416	89	2.016	236	37.462
Adições	-	-	-	-	-	-	221	-	221
Transferências	-	8	-	1.042	(7)	(2)	(1.042)	-	(1)
Depreciação	(1)	(178)	(14)	(324)	(12)	(18)	-	(121)	(668)
Saldo em 31.12.2022	3.206	15.125	1.246	15.661	397	69	1.195	115	37.014
Adições	-	-	-	-	-	-	95	-	95
Transferências	-	(16)	-	8	7	-	(8)	22	13
Depreciação	-	(250)	(19)	(445)	(18)	(17)	-	(137)	(886)
Saldo em 31.12.2023	3.206	14.859	1.227	15.224	386	52	1.282	-	36.236

9. INTANGÍVEL

	31.12.2023			31.12.2022			
	Taxa média de depreciação a.a.	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Software	19,08%	635	(617)	18	621	(540)	81
Extensão de outorga	6,10%	3.537	(478)	3.059	3.537	(293)	3.244
Outros Intangíveis	2,73%	498	(228)	270	498	(228)	270
		<u>4.670</u>	<u>(1.323)</u>	<u>3.347</u>	<u>4.656</u>	<u>(1.061)</u>	<u>3.595</u>

	Software	Extensão de outorga	Outros Intangíveis	Total
Saldo em 31.12.2021	199	3.460	284	3.943
Transferências	1	-	-	1
Amortização	(119)	(216)	(14)	(349)
Saldo em 31.12.2022	81	3.244	270	3.595
Transferências	14	(1)	-	13
Amortização	(77)	(184)	-	(261)
Saldo em 31.12.2023	<u>18</u>	<u>3.059</u>	<u>270</u>	<u>3.347</u>

10. FORNECEDORES

	31.12.2023	31.12.2022
Fornecedores de materiais e serviços	286	144
Partes relacionadas	324	3.122
Total de Fornecedores	610	3.266
Apresentadas como:		
Passivo Circulante	610	3.266

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os tributos devidos sobre o lucro tributável foram apurados, consoante facultado pela Lei nº 9.718/98, observando o regime de lucro presumido, como a seguir demonstrado:

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Base de cálculo presumido	31.691	31.450	31.691	31.450
Presunção do lucro tributável - %	8%	8%	12%	12%
IRPJ e CSLL no resultado	2.535	2.516	3.803	3.774
Outras receitas	458	448	458	448
Base de Cálculo	2.993	2.964	4.260	4.222
Alíquotas aplicáveis - %	25%	25%	9%	9%
Total	(748)	(741)	(383)	(380)
Outros efeitos em tributos	-	(12)	-	(7)
Dedução adicional IRPJ	23	24	-	-
IRPJ e CSLL no resultado	(725)	(729)	(383)	(387)

12. ARRENDAMENTOS

A Companhia possui contratos de locação de veículos e terras. Esses contratos são classificados como arrendamento mercantil operacional e seus valores mínimos são reajustados anualmente, conforme índices de inflação previstos em contrato.

Em 1º de janeiro de 2019, conforme levantamento e análise dos contratos considerados o escopo da norma (CPC 06 (R2)), a Companhia considerou o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo de arrendamento. A mensuração dos passivos de arrendamento compreende o fluxo futuro dos pagamentos mínimos de aluguel trazidos a valor presente pela taxa real de desconto. Tal taxa de desconto corresponde à taxa incremental sobre os empréstimos de cada empresa do Grupo com base no prazo médio de cada contrato de arrendamento.

Em 31 de dezembro de 2023, os passivos de arrendamentos estão representados na rubrica de "Arrendamentos" do balanço patrimonial e são devidos como segue:

	31.12.2023	31.12.2022
Menos de 1 ano	-	166
Entre 2 e 5 anos	-	9
Total dos pagamentos mínimos	-	175
Encargos financeiros futuros	-	(70)
Valor presente dos pagamentos mínimos	-	105

A mensuração inicial do ativo de direito de uso, corresponde ao mesmo valor do passivo de arrendamento e é reconhecido ao valor presente. Os saldos estão representados na rubrica de imobilizado do balanço patrimonial e em nota explicativa nº 8 e podem ser apresentados conforme classes abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	236
Depreciação	(121)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	115
Transferência	22
Depreciação	(137)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-

13. PARTES RELACIONADAS

	31.12.2023	31.12.2022
Ativo circulante		
Contas a receber		
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(i) 1	-
Esmeralda S/A	(ii) 1	-
	2	-
Passivo circulante		
Partes relacionadas		
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(i) 60	3.122
Statkraft AS	230	-
Statkraft Energi AS	34	-
	324	3.122
Receita de serviços com partes relacionadas		
Energen Energias Renováveis S.A.	-	1
Esmeralda S.A.	-	8
Macaúbas Energética S.A.	-	27
Moinho S.A.	-	6
Novo Horizonte Energética S.A.	-	13
Passos Maia Energética S.A.	-	30
Santa Fé Energia S.A.	-	3
Santa Rosa S.A.	-	3
Seabra Energética S.A.	-	15
	-	106

Custo no fornecimento de energia elétrica			
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(iii)	(321)	(796)
Esmeralda S.A.	(iii)	-	(9)
Passos Maia Energética S.A.	(iii)	-	(4)
		<u>(321)</u>	<u>(809)</u>
Despesas gerais e administrativas:			
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(iv)	(213)	(508)
Moinho S.A.	(iv)	-	1
Statkraft AS	(iv)	(226)	-
Oslo III S.A.	(iv)	2	-
		<u>(437)</u>	<u>(507)</u>

A Companhia mantém os seguintes contratos firmados com partes relacionadas para operação da UEE:

(i) serviços de gerenciamento das atividades de operação, saldo de redução de capital e compartilhamento de custos administrativos; e

(ii) serviços de operação e manutenção firmado com as empresas do grupo.

(iii) compra de energia

(iv) serviços compartilhados

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia não efetuou pagamento a título de remuneração aos Administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 uma vez que sua remuneração é paga pela Statkraft Energias Renováveis S.A. As despesas correspondentes são repassadas à Companhia por meio de compartilhamento de gastos, registrados na rubrica de Despesas Gerais e Administrativas.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social está representado pelo montante de R\$ 11.000 (R\$ 14.000 em 31 de dezembro de 2022) e por 11.000.000 ações ordinárias nominativas (14.000.000 em 31 de dezembro de 2022), sem valor nominal, detidas integralmente pela Statkraft Energias Renováveis S.A.

Em 25 de agosto de 2023 a Companhia reduziu o capital no montante de R\$3.000, onde o montante será convertido em caixa para sua acionista Statkraft Energias Renováveis S.A.

b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(ii) Retenção de lucros

Constitui-se a reserva de lucro o saldo de lucros remanescente não distribuído no período em questão, cuja destinação fica a cargo da Assembleia de Acionistas.

c) Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, será destinado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

O cálculo dos dividendos dos exercícios findos em 31 de dezembro é assim demonstrado:

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro do exercício	22.708	23.883
Base de cálculo	22.708	23.883
Dividendo mínimo estatutário	25%	25%
Dividendos propostos	5.677	5.971
Dividendos adicionais	13.162	14.875
Total da distribuição de dividendos	18.839	20.846
Dividendos propostos por ação - em R\$	0,2710	0,2493
Dividendos adicionais - em R\$	0,6283	0,6211

A movimentação do saldo da conta “Dividendos a pagar” pode ser assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.494
Dividendos adicionais aprovados	14.875
Dividendos mínimos obrigatórios	5.971
Pagamento realizados	(20.369)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.971
Dividendos adicionais aprovados	13.162
Dividendos mínimos obrigatórios	5.677
Pagamento realizados	(19.133)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.677

15. RECEITA LÍQUIDA

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	31.12.2023	31.12.2022
Serviços prestados	23	100
Receita de prestação de serviços	23	100
Transações no mercado de curto prazo	445	1.342
Ambiente de Contratação Livre	31.334	30.878
Receita de fornecimento de energia elétrica	31.779	32.220

Total da receita bruta	31.802	32.320
(-) Deduções da receita operacional		
PIS	(205)	(202)
COFINS	(945)	(934)
	<u>(1.150)</u>	<u>(1.136)</u>
Receita líquida	30.652	31.184

16. CUSTOS E DESPESAS

Custo do fornecimento de energia elétrica	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Compra de energia elétrica no mercado de curto prazo	(459)	(281)
Encargos setoriais	(608)	(484)
Serviços tomados de partes relacionadas	(461)	(809)
Depreciação e amortização	(1.149)	(1.016)
Seguros fianças e comissões	(420)	(330)
Despesas com pessoal	(289)	(723)
Seguro regulatório	(1.050)	(1.011)
Serviços de terceiros	(94)	(132)
	<u>(4.830)</u>	<u>(4.786)</u>
Gerais e administrativas	<u>31.12.2023</u>	<u>31.12.2022</u>
Salários e encargos sociais	(395)	(191)
Encargos setoriais	(43)	-
Impostos e taxas	(169)	(20)
Serviços de terceiros	(973)	(944)
Propaganda e publicidade	-	(3)
Viagens e estadias	(48)	(65)
Serviços de partes relacionadas	(95)	(505)
Aluguel	(41)	(5)
Materiais	(173)	-
Participação nos Resultados	(56)	-
Outros	(445)	(94)
	<u>(2.438)</u>	<u>(1.827)</u>

17. RESULTADO FINANCEIRO

	31.12.2023	31.12.2022
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	458	446
	458	446
Despesas financeiras		
Juros sobre arrendamento mercantil	(11)	(9)
Outras despesas financeiras	(10)	(11)
Variação cambial passiva	(5)	-
IOF, multas e juros sobre tributos	(18)	-
	(44)	(20)
Resultado financeiro	414	426

18. PROVISÃO RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E FISCAIS

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. Os valores avaliados com risco possível de desembolso, não tem provisão contábil, sendo apenas mencionados em nota explicativa. A Companhia não identificou perdas com riscos prováveis ou possíveis para fins de provisão ou divulgação nos exercícios de 2023 e 2022.

19. OUTROS RISCOS OPERACIONAIS

a) Risco hidrológico

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas. Como a Companhia faz parte do ambiente do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) a receita proveniente da venda de energia elétrica pelas geradoras não depende diretamente da energia efetivamente gerada, e sim da quantidade de energia elétrica e potência efetivamente comercializada pelas usinas participantes do ambiente, limitada à energia assegurada, cuja quantidade é fixa e determinada pelo poder concedente, constando da respectiva autorização e suas alterações subsequentes emitidas pelo poder concedente. As diferenças entre a energia gerada e a energia assegurada são cobertas pelo MRE, cujo principal propósito é mitigar os riscos hidrológicos assegurando que todas as usinas participantes recebam pela quantidade comercializada da energia assegurada, independentemente da quantidade de energia elétrica por elas efetivamente gerada.

Conforme exposto na nota explicativa nº 1, em 2015 a Companhia aderiu a MP nº 688/2015, transferindo o risco da volatilidade do MRE para os consumidores, e em troca, pagando um prêmio de seguro regulatório.

b) Risco de não prorrogação da autorização

A Companhia possui autorização para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, sem nenhum pagamento pelo uso do bem público (nota explicativa nº 1). Caso a prorrogação da autorização não seja deferida pelos órgãos reguladores ou a mesma ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser reduzidos.

20. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido (ou prejuízo) disponível aos acionistas pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o período. A Companhia não tem categorias de ações ordinárias com potenciais com efeitos diluidores e por isso o resultado do lucro por ação básico e diluído são os mesmos.

Resultado por ação	31.12.2023	31.12.2022
Lucro atribuível aos acionistas ordinários da Companhia	22.708	23.883
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação	12.948	23.948
Lucro por ação	1,75379	0,9973

21. SEGUROS – NÃO AUDITADO

A controladora Statkraft Energias Renováveis S.A. contratou apólice de seguro de riscos operacionais e responsabilidade civil, com cobertura determinada por orientação de especialistas, com vigência de 1º de abril de 2024 a 31 de março de 2025.
